

Avaliação do espaço físico de uma instituição de longa permanência em Fortaleza-CE

Evaluation of the physical space of a long-stay institution in Fortaleza-CE

DOI:10.34119/bjhrv6n3-237

Recebimento dos originais: 26/04/2023

Aceitação para publicação: 01/06/2023

Alcínia Braga de Lima Arruda

Doutora em Farmacologia

Instituição: Universidade Federal do Ceará (UFC)

Endereço: Rua Pastor Samuel Munguba, 1210, Porangabuçu, Fortaleza - CE, CEP: 60430-370

E-mail: alcinialima@gmail.com

Adriano Evangelista Maia

Graduado em Farmácia

Instituição: Universidade Federal do Ceará (UFC)

Endereço: Rua Pastor Samuel Munguba, 1210, Porangabuçu, Fortaleza - CE, CEP: 60430-370

E-mail: adrianomaia904@gmail.com

Isabelle de Fátima Vieira Camelo Maia

Graduada em Farmácia

Instituição: Universidade Federal do Ceará (UFC)

Endereço: Rua Pastor Samuel Munguba, 1210, Porangabuçu, Fortaleza - CE, CEP: 60430-370

E-mail: isabelledefatima@alu.ufc.br

Rebeca Sousa Lima

Graduanda em Farmácia

Instituição: Universidade Federal do Ceará (UFC)

Endereço: Rua Pastor Samuel Munguba, 1210, Porangabuçu, Fortaleza - CE, CEP: 60430-370

E-mail: rebecalima2152@gmail.com

Ligiane dos Santos Rocha

Graduanda em Farmácia

Instituição: Universidade Federal do Ceará (UFC)

Endereço: Rua Pastor Samuel Munguba, 1210, Porangabuçu, Fortaleza - CE, CEP: 60430-370

E-mail: lygianerocha@gmail.com

Jénnifer Rayane Pereira Cipriano

Graduanda em Farmácia

Instituição: Universidade Federal do Ceará (UFC)

Endereço: Rua Pastor Samuel Munguba, 1210, Porangabuçu, Fortaleza - CE, CEP: 60430-370

E-mail: jenniferrayanne@alu.ufc.br

Ana Vlândia da Costa Dias

Graduada em Farmácia

Instituição: Universidade Federal do Ceará (UFC)

Endereço: Rua Pastor Samuel Munguba, 1210, Porangabuçu, Fortaleza - CE, CEP: 60430-370

E-mail: vladia.dias@hotmail.com

Amanda Aparecida de Lima Arruda

Graduada em Medicina

Instituição: Universidade Federal do Ceará (UFC)

Endereço: Rua Pastor Samuel Munguba, 1210, Porangabuçu, Fortaleza - CE, CEP: 60430-370

E-mail: amanda_a_rr_uda@hotmail.com

RESUMO

As Instituições de Longa Permanência para Idosos são lares especializados destinados ao domicílio de indivíduos longevos e devem prestar assistência aos idosos, considerando o seu bem-estar emocional, físico e social, de acordo com as políticas públicas relacionadas à terceira idade. Esse local deve reproduzir o ambiente residencial dos idosos e deve manter a privacidade, a autonomia e a independência desses. Este trabalho teve como objetivo analisar a infraestrutura física e o ambiente de uma Instituição de Longa Permanência para Idosos e verificar se esses itens atendem às necessidades dos longevos. Trata-se de um estudo do tipo descritivo-observacional, com abordagem qualitativa que consistiu na verificação e análise do ambiente de uma Instituição de Longa Permanência para Idosos em relação a nove critérios: localização, dormitórios, aglomeração, disposição de espaços, presença de rampas, presença de corrimão, tipo de piso, sinalização tátil e iluminação. O trabalho foi realizado em duas etapas: inicialmente foi feita a revisão da literatura e após o levantamento bibliográfico, foram realizadas 10 visitas em uma Instituição de Longa Permanência para Idosos, na qual ocorreu a análise observacional da infraestrutura e do ambiente e o preenchimento de uma planilha elaborada, baseada nos parâmetros preconizados pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – NBR 9050/2004. A Instituição escolhida para o estudo era de natureza governamental, que abriga idosos de ambos os sexos e desamparados e está localizada na cidade de Fortaleza - CE. Os resultados mostraram que os dormitórios, o item aglomeração, a disposição dos espaços, a presença de rampas e de corrimão e o tipo de piso estavam de acordo com as normas vigentes, no entanto, a sinalização tátil e a iluminação de vigília estavam ausentes em alguns ambientes. Concluiu-se que no geral, a infraestrutura e o ambiente da Instituição de Longa Permanência para Idosos apresentaram condições satisfatórias e atendiam às necessidades dos longevos.

Palavras-chave: instituições de longa permanência, acessibilidade, idosos.

ABSTRACT

Long Stay Institutions for the Elderly are specialized homes for long-lived individuals and must provide assistance to the elderly, considering their emotional, physical and social well-being, in accordance with public policies related to the elderly. This place should reproduce the residential environment of the elderly and should maintain their privacy, autonomy and independence. This work aimed to analyze the physical infrastructure and the environment of a Long Stay Institution for the Elderly and to verify if these items meet the needs of the oldest old. This is a descriptive-observational study, with a qualitative approach, which consisted of verifying and analyzing the environment of a Long Stay Institution for the Elderly in relation to nine criteria: location, bedrooms, crowding, layout of spaces, presence of ramps, presence of handrails, type of flooring, tactile signaling and lighting. The work was carried out in two stages: initially, a literature review was carried out and after the bibliographical survey, 10 visits

were made to a Long Stay Institution for the Elderly, in which the observational analysis of the infrastructure and environment and the completion of a questionnaire were carried out. prepared spreadsheet, based on the parameters recommended by the Brazilian Association of Technical Standards – NBR 9050/2004. The Institution chosen for the study was of a governmental nature, which houses elderly people of both sexes and helpless and located is in the city of Fortaleza - CE. The results showed that the bedrooms, the crowding item, the layout of spaces, the presence of ramps and handrails and the type of flooring were in accordance with current regulations, however, tactile signaling and waking lighting were absent in some environments. It was concluded that, in general, the infrastructure and environment of the Long Stay Institution for the Elderly presented satisfactory conditions and met the needs of the elderly.

Keywords: long-term institution, accessibility, elderly.

1 INTRODUÇÃO

O aumento da população idosa é um processo que vem acontecendo com rapidez no Brasil, as projeções mostram que entre 2015 e 2030, o número de pessoas com idade igual ou superior a 60 anos poderá passar de 23.940.885 para 41.541.763 idosos (IBGE, 2017). Esse processo traz consigo muitas consequências que afetam o longo, a sua família e os serviços de assistência social e de saúde da população geriátrica.

A família é importantíssima no bem-estar dos idosos, no entanto, as limitações físicas e a dependência funcional e mental dos longevos, faz com que os familiares, por questões de ordem pessoal, econômica e social, não tenham condições de ampará-los devidamente. Frente a essa situação, muitas famílias optam por institucionalizar seu idoso como uma alternativa viável, uma vez que a Instituição de Longa Permanência para idosos (ILPI) é considerada uma moradia especializada e tem como objetivo dar uma assistência de qualidade aos seus residentes (FREITAS; SCHEICHER, 2010; SILVA; SANTOS, 2010; SILVA *et al.*, 2019).

Uma Instituição de Longa Permanência para idosos, segundo a Resolução da Diretoria Colegiada (RDC nº283 de 26/09/2005), da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), é um local de caráter residencial, dedicada ao domicílio coletivo de indivíduos idosos. Essas instituições podem ser mantidas por órgãos governamentais ou não governamentais e os longevos que nelas residem podem ser dependentes ou independentes e ter ou não suporte familiar (BRASIL, 2005).

Sumarizando, as Instituições de Longa Permanência são lares especializados que devem prestar assistência contínua aos idosos, considerando o seu bem-estar emocional, físico e social, de acordo com as políticas públicas relacionadas à terceira idade (CAMARANO; KANSO, 2010; VANZINI; PEREIRA; GONÇALVES, 2017). Sendo assim, a ILPI no Brasil é normatizada pelo Estatuto do Idoso (Lei 10741/2003) e pela Resolução 283/2005 da ANVISA,

a qual é também responsável pelo estabelecimento das normas mínimas para o seu funcionamento (BRASIL, 2005).

O *Estatuto do Idoso* é uma Lei Federal, de nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, destinada a regular os interesses e garantias das pessoas idosas. Nesse sentido, o Estatuto do Idoso, no artigo 49, dispõe que as entidades que desenvolvam programas de institucionalização de longa permanência devem adotar os seguintes princípios: I - preservação dos vínculos familiares; II - atendimento personalizado e em pequenos grupos; III - manutenção do idoso na mesma instituição, salvo em caso de força maior; IV - participação do idoso nas atividades comunitárias, de caráter interno e externo; V - observância dos direitos e garantias dos idosos; VI - preservação da identidade do idoso e oferecimento de ambiente de respeito e dignidade (BRASIL, 2003; BRASIL, 2007).

Por sua vez, o artigo 50 do Estatuto do Idoso, elenca 17 obrigações que essas instituições devem ter e dentre elas, destacam-se: a celebração de contrato escrito de prestação de serviço com o idoso, especificando o tipo de atendimento, as obrigações da entidade e prestações decorrentes do contrato, com os respectivos preços; o fornecimento de vestuário adequado, se for pública, e alimentação suficiente; oferecimento de instalações físicas em condições adequadas de habitabilidade; o oferecimento de atendimento personalizado e de acomodações apropriadas para o recebimento de visitas; cuidados à saúde, conforme a necessidade do idoso e promoção de atividades educacionais, esportivas, culturais e de lazer, dentre outras (BRASIL, 2003; BRASIL, 2007).

“Lawton (apud WAHL e WEISMAN, 2003) aponta três funções básicas de ambientes destinados a idosos: manutenção, estimulação e suporte. A função de manutenção diz respeito ao papel de constância e previsibilidade que o ambiente deve cumprir (por exemplo, conferindo identidade aos ambientes e preservando os significados cognitivos e afetivos do lar). A função de estimulação significa sair do usual para trazer novos arranjos de estímulos, que possam levar a novos comportamentos de lazer e relações sociais. Por fim, a função de suporte significa compensar a redução ou a perda de competências (através da eliminação de barreiras físicas, por exemplo, ou da garantia de acessibilidade nos ambientes)” (TOMASINI; ALVES, 2007, p.99).

Sabe-se que a institucionalização representa um processo doloroso de adequação a um novo ambiente, no qual existem limitações físicas, convivência com estranhos, rotina fixa e regras/normas a serem cumpridas. Isso faz com que os idosos se isolem, fiquem depressivos e a adaptação se torna mais difícil. Porém, alguns os fatores podem favorecer essa adaptação, como o conforto ambiental e a acessibilidade espacial (FERNANDES, 2017; MENEZES, 2020). A definição para acessibilidade espacial diz respeito à possibilidade para a transposição dos entraves e acesso a um lugar, serviço, produto ou informação de maneira segura e

autônoma, com efetiva integração entre as pessoas e os ambientes (TAVARES, 2014). Logo, para que os residentes das ILPI tenham independência e autonomia é necessário que o ambiente em que residam não tenham barreiras arquitetônicas.

Como já mencionado, além da equipe profissional e dos serviços prestados, o ambiente geriátrico tem que ter uma infraestrutura arquitetônica bem planejada para facilitar o processo de adaptação do senil. A ILPI ideal é aquela respeita as características biomecânicas e antropométricas da população usuária e oferece conforto, individualidade e independência (ELY; DORNELES, 2006; FREITAS; SCHEICHER, 2010; LEITE, 2010; PERRACINI, 2013; MARKARIAN *et al.*, 2015; ALMEIDA *et al.*, 2015; ALMEIDA, 2016; PASCOTINI, 2019).

Nesse sentido, Bins Ely (2009), recomenda que os projetos arquitetônicos destinados à ILPI sejam ambientes espacialmente acessíveis, que atendam às necessidades dos longevos e dos cuidadores e que os auxiliem a cumprir suas necessidades básicas cotidianas. Almeida (2016), acrescenta que a arquitetura das ILPIs é tão importante quanto os serviços e à assistência que esses idosos recebem nesses locais.

Corroborando esta afirmativa, Perracine (2013) relata que as condições ambientais têm um impacto importante na capacidade funcional dos idosos dependentes, principalmente naqueles institucionalizados. Para essa autora, os ambientes devem ser planejados e projetados minuciosamente; devem ser seguros e acolhedores; ter privacidade, acessibilidade e facilidade de circulação, de forma a garantir a independência e a autonomia dos idosos.

No entanto, apesar das instituições de Longa Permanência terem um regulamento técnico que define as condições para o seu funcionamento, muitas dessas residências não estão preparadas adequadamente para receber os longevos. A falta de assistência médica, a escassez de profissionais habilitados, a superlotação, a falta de humanização, a infraestrutura e o ambiente inapropriados, são alguns dos fatores que colaboram para essa realidade (VIEIRA NETO; CARRÉRA, 2013; MARKARIAN *et al.*, 2015; ALMEIDA, 2016).

Acrescenta-se ainda que muitas ILPI's não foram projetadas para atender as dificuldades das pessoas idosas deficientes, apresentando problemas relacionados a qualidade do ambiente como: iluminação insuficiente, falta de piso antiderrapante e ausência de barras de apoio e de rampas. Essa inadequação estrutural pode refletir em diversos agravos aos longevos e aos profissionais que ali trabalham, causando apatia e estresse, respectivamente (YOSHIDA; MAGAGNIN, 2016; SILVA, 2016; GONÇALVES; 2017; ROSSETTO; MAGAGNIN, 2020).

Diante do exposto, este trabalho teve como objetivo analisar a infraestrutura física e o ambiente de uma Instituição de Longa Permanência para Idosos e verificar se esses itens atendem às necessidades dos seus residentes.

2 METODOLOGIA

Trata-se de um estudo do tipo descritivo-observacional, com abordagem qualitativa que consistiu na verificação e análise do ambiente de uma ILPI em relação a nove critérios: localização, dormitórios, aglomeração, disposição de espaços, presença de rampas, presença de corrimão, tipo de piso, sinalização tátil e iluminação.

O trabalho foi realizado em duas etapas: 1) Inicialmente foi feito o levantamento bibliográfico, com revisão da literatura tendo como ênfase os descritores “Instituição de Longa Permanência para idosos, ergonomia e acessibilidade”. A revisão bibliográfica foi realizada nas bases de dados eletrônica, *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), Literatura Latino-Americana em Ciências de Saúde (LILACS) e *Google Scholar*; 2) Após o levantamento bibliográfico, foram realizadas 10 visitas em uma Instituição de Longa Permanência para Idosos (ILPI), na qual ocorreu a análise observacional da infraestrutura e do ambiente e o preenchimento de uma planilha elaborada pelos autores da pesquisa, contendo as variáveis supracitadas.

Para a avaliação da ILPI, foi utilizada uma planilha que foi confeccionada, baseada nos parâmetros preconizados pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) – NBR 9050/2004.

Com relação aos aspectos éticos, a pesquisa não foi submetida à apreciação do Comitê de Ética em Pesquisa, pois não houve o envolvimento (direta ou indiretamente) de seres humanos.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Instituição de Longa Permanência para Idosos escolhida para o estudo foi uma ILPI de natureza governamental, que presta assistência integral, em regime permanente ou provisório, a idosos de ambos os sexos em situação de abandono e está localizada na cidade de Fortaleza - CE.

Na presente pesquisa, o primeiro item estudado foi a localização da Instituição de Longa Permanência. Observou-se que essa situava-se em um bairro ativo de Fortaleza, com facilidade de acesso ao transporte público, independente quanto as atividades comerciais e financeiras e relativamente próxima a Hospitais, Clínicas médicas, Laboratório de Análises Clínicas, farmácias, Igrejas e praças públicas.

De acordo com Igima (2009), Veloso (2017) e Dardengo (2019), a ILPI ideal é aquela localizada na malha urbana, com fácil acesso à rede de Saúde, ao comércio e demais serviços existentes na cidade, porque evita o isolamento e favorece a integração do idoso à comunidade

do entorno. Os autores acrescentam que o local escolhido para uma ILP deve favorecer a autonomia nos deslocamentos, devendo estar próximo a pontos de transporte público e serviços alternativos, de modo que o idoso possa realizar suas atividades sozinho e a mobilidade dos familiares e dos funcionários da ILPI seja facilitada.

Ao entrar na ILPI, o segundo item analisado foram os dormitórios e foi visto que os quartos eram separados por sexo, eram dotados de banheiro, eram amplos, havia a presença de apenas duas camas e entre elas tinha uma distância mínima de 80 centímetros, respeitando a regulamentação exigida. Esse dado é importante, pois o espaço entre os leitos estando de acordo aos padrões estabelecidos pela RDC 283, permite a circulação e a realização de atividades pessoais pelos idosos, não gera excesso de intimidade e diminui a possibilidade de choque entre eles (BRASIL, 2005).

O resultado do presente estudo foi diferente do trabalho realizado por Soares e Ferreira (2016), que avaliaram a circulação interna de uma ILPI do município de Patos-MG e verificaram que esta contava com dormitórios para 1, 2 e 4 residentes, nenhum possuía banheiro e a distância mínima entre as duas camas paralelas, não estava adequada à norma vigente.

Nos dormitórios da presente pesquisa, também foi observado a existência de janelas com iluminação natural e com circulação de ar. A presença de ventilação natural no quarto de uma ILPI é fundamental tanto para conforto térmico quanto para a higiene, visto que essa remove o calor e renova o ar viciado no ambiente interno. No entanto, é importante ressaltar que a ventilação deve ser planejada e levar em conta as sensações térmicas dos usuários, pois com o metabolismo diminuído e com as alterações fisiológicas do tecido tegumentar devido ao envelhecimento, o idoso tem mais preponderância de sentir frio (QUEVEDO, 2002; LEITE, 2010).

Outro aspecto avaliado foi o item aglomeração. Essa é definida como uma grande quantidade de pessoas agrupadas em um mesmo espaço. Esse quesito foi analisado e, não foi percebido aglomeração em nenhum ambiente da instituição. Esse resultado foi diferente do apresentado pela pesquisa de Vanzini e colaboradores (2017), que realizaram um estudo transversal do tipo descritivo-exploratório em seis ILPIs (três particulares e três privadas) em Santa Maria-RS e verificaram em todas elas, excesso de residentes nos dormitórios.

Quando um lugar tem excesso de pessoas, um indivíduo não pode regular a sua privacidade e isso pode afetar o seu comportamento. Dessa maneira, os projetos de configuração estrutural de uma ILPI devem prever a ocupação máxima, mantendo amplas áreas de circulação e garantindo o espaço pessoal do idoso (MILANEZE, 2013).

Para Silva, Weiller e Farão (2011), os ambientes fechados, mal ventilados e com aglomeração de pessoas facilitam a disseminação de doenças, em especial, a tuberculose.

Além dos quartos, foi importante verificar a disponibilidade dos outros espaços da ILPI. E, foi visto que a Instituição tinha jardim, recepção, local de convivência, sala de TV, sala para atendimento clínico, ambiente para armazenamento de medicamentos, refeitório, cozinha, dispensa, banheiros para funcionários e social, quintal e locais de assistência e de atividades administrativa.

A existência de jardim, local de convivência e quintal é relevante, pois são áreas para lazer, descanso e atividades ao ar livre, que permite a integração entre os idosos, aumenta a sua socialização e diminui a solidão. Ademais, o acesso a áreas externas aumenta a sensação de estar em casa e possibilita uma maior exposição à luz e ao sol (CAMARANO, 2010, PERRACINE, 2013).

Outros quesitos avaliados foram os fatores ambientais. A preocupação com a avaliação do ambiente das ILPIs está relacionada a situações que podem levar o idoso a adoecer. Segundo a literatura, a avaliação minuciosa da iluminação, do piso, das rampas e dos corrimões no local em que os idosos vivem, é relevante para a verificação dos riscos de tombos, pois esses são responsáveis por aproximadamente 30% a 50% das quedas (RUBENSTEIN, 2006; SANTOS *et al.*, 2011).

No que diz respeito as rampas de acesso na ILPI, de acordo com os critérios da ABNT, a maioria apresentava uma correta inclinação e estavam presentes em todos os locais que apresentavam desníveis. Este dado é importante, pois a acessibilidade arquitetônica gera conforto e segurança aos idosos, facilita o deslocamento dos cadeirantes e estimula a autonomia e a independência (ALMEIDA *et al.*, 2015).

Estudo realizado em Salvador - BA avaliou o nível de acessibilidade de uma ILPI e verificou que a estrutura física dessa não seguia totalmente as normas técnicas estabelecidas pela NBR 9050/2004 (ABNT, 2004), apresentando divergências principalmente quanto aos parâmetros dos quartos, banheiros e escadas. Os autores destacaram que um bom nível de acessibilidade em uma ILPI pode ser um fator relevante na melhora do nível de independência dos idosos nas atividades da vida diária e na prevenção do risco de quedas (ALMEIDA *et al.*, 2015).

Quanto ao item corrimão, esta peça de auxílio estava presente nas áreas de circulação da ILPI e este resultado é relevante, pois esse equipamento fornece segurança aos residentes, sobretudo entre aqueles que possuem instabilidade postural e alteração da marcha. Ademais, os

espaços das ILPI's que possuem corrimãos e barras de apoio tornam os deslocamentos mais fáceis e minimizam os riscos de queda (GARBIN *et al.*, 2015).

Em relação ao piso, observou-se a presença de pisos antiderrapantes na maioria dos ambientes da ILPI e a ausência de sinalização tátil. As condições do piso são fundamentais para proporcionar conforto, possibilitar a deambulação e evitar quedas. Já a sinalização tátil tem a função de indicar a direção de um percurso ou a distribuição espacial dos diferentes elementos da instituição para aqueles idosos com baixa acuidade visual. Esses dois recursos minimizam riscos de acidente e, sabe-se que a ocorrência de queda na terceira idade pode gerar lesões graves, comprometer a capacidade funcional do longo vivo com consequente óbito (PERRACINE, 2013; GOMES *et al.*, 2014; SOARES; FERREIRA, 2016; ALVES *et al.*, 2017).

Trabalho realizado em Recife-PE, acerca da estrutura das ILPIs, mostrou que as instituições pesquisadas atendiam parcialmente às exigências dos órgãos fiscalizadores, sendo encontradas situações em que a infraestrutura dos ambientes acarretava riscos à saúde dos residentes, por exemplo, ausência de luz de vigília e de campainhas nos quartos, bem como falta de piso antiderrapante e de barras de segurança (VIEIRA NETO; CARRÉRA, 2013).

Pesquisa descritiva realizada por Alves e colaboradores (2017) em quatro ILPIs na cidade de Salvador - Bahia, no período de setembro a novembro de 2013, mostrou a inexistência de barras de segurança nos banheiros, ausência de piso antiderrapante e a falta de ventilação natural em duas instituições. Os autores descreveram que os longevos expostos a um ambiente insalubre têm maior riscos para agravos à saúde, como as doenças cutâneas, respiratórias e declínio da capacidade funcional.

No que diz respeito à iluminação de uma ILPI, o cuidado deve ser redobrado, visto que a senescência acarreta perdas cognitivas e sensoriais, principalmente em relação à visão (ALMEIDA, 2016). Segundo a RDC nº 50, a incidência de luz de fonte natural direta é imprescindível nos quartos, nas enfermarias e nas áreas coletivas (BRASIL, 2002).

Esse item foi avaliado e foi visto que essa estava adequada na maioria dos ambientes da ILPI, tendo a luz solar, tanto quanto à artificial. A iluminação natural é relevante para o longo vivo porque permite que esse aprecie as variações do espectro solar e tenha noções das mudanças de tempo. A luz artificial por sua vez, complementa a luz natural, indispensável à noite. É importante que nas edificações de uma ILPI também tenha pontos de iluminação local, tendo em vista que nesses ambientes ocorrem a realização de tarefas que exigem precisão visual, como a leitura, o bordado, o desenho, o tricô e a pintura (QUEVEDO, 2002; LEITE, 2010; MILANEZE, 2013).

Quanto a presença da iluminação de emergência/vigília, essa não estava presente em alguns setores da ILPI. A ausência de luz de vigília dificulta a vida dos idosos e dos profissionais, caso haja necessidade de se movimentar à noite, pois esse recurso enfatiza os obstáculos e as mudanças de níveis, diminuindo os riscos de acidente. Esse item não atendeu totalmente às normas vigentes, necessitando de adequação.

Como demonstrado neste trabalho, no geral, foi possível observar que a edificação da ILPI se mostrou segura para os idosos e o ambiente da ILPI favoreceu a socialização dos seus residentes. No entanto, na literatura pesquisada percebeu-se que a maiorias dos projetos arquitetônicos estavam em desacordo com as normas vigentes e necessitam passar por readequações para melhorar a segurança dos seus residentes.

4 CONCLUSÃO

Com base nos resultados, concluímos que a infraestrutura e o ambiente da ILPI apresentaram condições gerais satisfatórias e atendiam às necessidades dos idosos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Y.S. **Qualidade de vida na terceira idade: a influência da arquitetura na melhoria das condições de vida dos idosos.** [Monografia]. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2016.

ALMEIDA, R.L.S. *et al.* Instituição de longa permanência para idosos: avaliação das condições de acessibilidade e da funcionalidade dos idosos. **Rev.Saúde.Com.** v.11, n.2, p. 162-173, 2015.

ALVES, M.B. *et al.* Instituições de longa permanência para idosos: aspectos físico-estruturais e organizacionais. **Esc Anna Nery.** v.21, n.4, p.1-8, 2017.

BINS ELY, V.H.M. **A Moradia está Adequada às Necessidades do Idoso?** In: IV Workshop de Análise Ergonômica do Trabalho - UFV, jul, 2009.

BRASIL. **Resolução da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, nº 50, de 21 de fevereiro de 2002.** Dispõe sobre o Regulamento Técnico para planejamento, programação, elaboração e avaliação de projetos físicos de estabelecimentos assistenciais de saúde. Diário Oficial da União, Poder Executivo, 21 de fevereiro de 2002.

BRASIL. Lei n. 10.741, de 01 de outubro de 2003. **Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.**

BRASIL. Agência de Vigilância Sanitária. **Resolução da Diretoria Colegiada/RDC N° 283, de 26 de setembro de 2005.** Normas de funcionamento para as Instituições de Longa Permanência para Idosos. 2005.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Estatuto do Idoso** / Ministério da Saúde. – 2. ed. rev. – Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2007. 70 p. – (Série E. Legislação de Saúde)

CAMARANO, A. A. KANSO, S. As instituições de longa permanência para idosos no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 27, n. 1, p. 233-235, 2010.

CAMARANO, A.A. **Cuidados de longa duração para a população idosa: um novo risco social a ser assumido?** Rio de Janeiro: Ipea, 2010. 350 p.

DARDENGO, C. F. R. **Um olhar para o futuro: diretrizes para o ambiente de moradia da pessoa idosa. Aspectos essenciais à continuação da vida com qualidade.** 2019. 233 f. [Tese] Doutorado em Economia Doméstica. Universidade Federal de Viçosa. Viçosa, 2019.

ELY, V.H.M.B.; DORNELES, V.G. Acessibilidade espacial do idoso no espaço livre urbano. **XIV Congresso Brasileiro de Ergonomia.** 2006, Curitiba. Paraná: ABERGO, 2006.

FERNANDES, E. R. **Caminhos de idosos institucionalizados no asilo São Vicente de Paula: relato de experiência através da história oral.** 2017. 75p. [Monografia]. Curso de Serviço Social. Universidade Federal do Pampa. São Borja, 2017.

FREITAS, M.A.V; SCHEICHER, M.E. Qualidade de vida de idosos institucionalizados. **Rev. Bras. Geriatr. Gerontol.** v.13, n.3, p.395-401, 2010.

GARBIN, C.A.S.; GARBIN, A.J.I. *et al.* Histórico de quedas e acessibilidade do idoso em instituições de longa Permanência. **Arch Health Invest.** v. 4, n. 4, p. 29-38, 2015.

GOMES, E.C.C.; MARQUES, A.P.O. *et al.* Fatores associados ao risco de quedas em idosos institucionalizados: uma revisão integrativa. **Ciênc Saúde Coletiva**. v.19, n.8, p.3543-51, 2014.

GONÇALVES, B. P. **Estudo de componentes afetivos e funcionais em idosos residentes em Instituições de longa permanência para idosos: recomendações para arquitetura**. 2017. 187p. [Dissertação]. Mestrado em Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2017.

IBGE. **Projeção da População das Unidades da Federação por sexo e idade: 2000-2030**. 2017. Disponível em: https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/projecao_da_populacao/2013/default_tab.shtm

IGIMA, J. C. **Centro de Convivência Saúde e Bem-Estar para idosos na cidade de São Paulo**. [Monografia]. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2009.

LEITE, A.K.F. **Avaliação do ambiente construído de Instituições de Longa Permanência para Idosos**. 2010. 170p. [Dissertação]. Mestrado em Design e Ergonomia. Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2010.

MARKARIAN, F. J. P.; SILVEIRA, N. D. R.; MERCADANTE, E. F.; LODOVICI, F. M. M. Instituições de Longa Permanência para Idosos como espaço educacional: desafios e perspectivas. **Revista Kairós Gerontologia**. v.18, n.1, p. 361-376, 2015.

MENEZES, N.A. **Ambiência em instituições de longa permanência para idosos (ILPI): percepções de moradores e familiares**. 2020. 76f. [Dissertação]. Mestrado em Ciências. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

MILANEZE, G. L. S. **Contribuições para projetos de arquitetura das Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPI), com base na análise de instituições em Criciúma, SC**. 2013. 225 p. [Dissertação]. Mestrado em Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2013.

PASCOTINI, F.S. **Instituições de Longa Permanência para idosos e condições de vida e saúde de seus trabalhadores e residentes**. 2019. 153p. [Tese]. Doutorado em Distúrbios da Comunicação Humana. Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, 2019.

PERRACINI, M.R. **Planejamento e adaptação do ambiente para pessoas idosas**. In: FREITAS, E.V. *et al.* Tratado de Geriatria e Gerontologia. 3ª ed. Rio de Janeiro, Guanabara Koogan. 2013.

QUEVEDO, A. M. F. **Residências para idosos: critérios de projeto**. 2002. 198p. [Dissertação]. Mestrado em Arquitetura. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2002.

ROSSETTO, H.F.Z.; MAGAGNIN, R.C. Avaliação da qualidade espacial do ambiente de dormitórios de idosos de duas ILPI's localizadas em Bauru e Marília (SP). **Rev. Nacional de Gerenciamento de cidades**. v. 8, n. 66, p.112-129, 2020.

RUBENSTEIN, L. Z. Falls in older people: epidemiology, risk factors and strategies for prevention. **Age Ageing**. v.35(Suppl 2), p.37-41, 2006.

SANTOS, S. S. C. *et al.* Alterações estruturais numa Instituição de Longa Permanência para Idosos visando prevenção de quedas. **Rev Rene**. v.12, n.4, p.790-7, 2011.

SILVA, B.T.; SANTOS, S.S.C. Cuidados aos idosos institucionalizados - opiniões do sujeito coletivo enfermeiro para 2026. **Acta Paul Enferm**. v.23, n.6, p. 775-81, 2010.

SILVA, D.C.; WEILLER, T.H.; FARÃO, E.M.D. Descrição de casos de tuberculose em pessoas institucionalizadas. **Revista contexto & saúde**. v. 10 n.20. p. 893-898, 2011.

SILVA, D.N. O. **Instituto de longa permanência de idosos: Dimensão físico-estrutural e a potencialidade de riscos e eventos adversos**. 2016. 113p. [Dissertação]. Mestrado em Bioengenharia. Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento. Universidade Vale do Paraíba. São José dos Campos, 2016.

SILVA, A.V. *et al.* Análise comparativa da vivência dos idosos em instituições de longa permanência e domicílio: uma revisão integrativa. **Revista Enfermagem em Evidência**, v.3, n.1, p. 103-121, 2019.

SOARES, S.C.V; FERREIRA, F.C. Acessibilidade de uma Instituição de Longa Permanência para Idosos. **Revista Perquirere**. v. 13, n.2, p.240-246, 2016.

TAVARES, A. S. **Acessibilidade em instituição para idosos – a ergonomia do ambiente construído sob a luz do método do espectro de acessibilidade**. 2014. 179 p. [Dissertação] Mestrado em Design. Centro de Artes e Comunicação. Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2014.

TOMASINI, S.L.V.; ALVES, S. Envelhecimento bem-sucedido e o ambiente das instituições de longa permanência. **RBCEH**. v. 4, n. 1, p. 88-102. 2007.

VANZIN, T.; PEREIRA, M. B.; GONÇALVES, B. P. Observações sistemáticas em Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPI): Considerações arquitetônicas. **Revista Kairós-Gerontologia**, v.20, n.4, p.195-208, 2017.

VELOSO, J.K. **Instituição de Longa Permanência: da Ingenuidade a Sabedoria**. 2017. [Monografia]. Curso de Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Universidade do Sul de Santa Catarina. Florianópolis, 2017.

VIEIRA NETO, Z.; CARRÉRA, M. Análise da arquitetura inclusiva nas Instituições de Longa Permanência em Recife-PE. **Architecton**, v. 3, n. 4, p. 104-130, 2013.

WAHL, H. W.; WEISMAN, G. D. Environmental gerontology at the beginning of new millennium: reflections on its historical, empirical, and theoretical development. **The Gerontologist**. v. 43, n. 5, p. 612-627, 2003.

YOSHIDA, D. M; MAGAGNIN, R. C. Percepção dos idosos acerca da acessibilidade espacial em suas moradias. In: **Design, Arquitetura e Urbanismo: Transversalidades**. Paschoarelli, L. C.; Salcedo, R. F. B. (Org.) Editora: Canal 6. p. 253-262 - Bauru, 2016.